

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO TECNOLÓGICO  
DEPARTAMENTO DA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA ANGOLA: UMA  
PROPOSTA DE AUTONOMIA AGRÍCOLA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA  
BRASILEIRA**

**GABRIEL JOÃO ANTÓNIO**

**VITÓRIA**

**2018**

**GABRIEL JOÃO ANTÓNIO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA ANGOLA: UMA  
PROPOSTA DE AUTONOMIA AGRÍCOLA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA  
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal do Espírito Santo,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de bacharel em Engenharia de Produção.  
Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Jorge Junior Santos

**VITÓRIA**

**2018**

GABRIEL JOÃO ANTÓNIO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA ANGOLA: UMA  
PROPOSTA DE AUTONOMIA AGRÍCOLA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA  
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal do Espírito Santo,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de bacharel em Engenharia de Produção.  
Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Jorge Junior Santos

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Banca examinadora

\_\_\_\_\_

Professor

\_\_\_\_\_

Orientador prof<sup>o</sup> Dr. Jorge Junior Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço Adeus pela saúde e pela força de vencer as dificuldades.

Ao meu professor Dr. Jorge Junior Santos pela orientação, pela atenção, toda compreensão e disponibilidade em todos os momentos que precisei sempre esteve presente para me ajudar.

Ao meu grande amigo Leonardo Piovesan e minha namorada Carline Santos Borges, que tiveram uma contribuição especial na troca de ideias para estruturação do texto.

Aos meus pais, Teresa Augusta e Tomas António, que sempre apostaram em mim, pela educação, mesmo nos momentos mais difícil fizeram o possível para financiamento dos meus estudos durante a minha estadia no brasil.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, propor algumas políticas públicas e/ou programas para o desenvolvimento da agricultura familiar angolana, a partir da experiência brasileira no âmbito das políticas públicas. Olhando atentamente para o padrão de diversificação da matriz produtiva feita por este país e seguir os bons exemplos que se adaptam ao contexto angolano, buscando a inclusão e autonomia dos pequenos produtores familiares, ao mesmo tempo em que contribua para a mitigação da dependência externa de alimentos. Uma cooperativa é uma associação de pessoas, que se reúnem para o atendimento de necessidades que lhes são comuns (RICCIARDI; JENKINS, 1995). Tais necessidades são, basicamente, econômicas: comercialização de produtos, aquisição de bens, acesso ao crédito, oferta de trabalho, utilização de serviços etc. Para se atingir o propósito do trabalho, foram feitas várias análises documentais e revisão bibliográfica sobre o meio rural brasileiro, e compreender quais foram os desafios da sua implantação, fracasso e sucesso. O mundo está cada vez mais empenhado no que diz respeito à segurança alimentar, para pôr em evidência a agricultura familiar e os pequenos agricultores e sua significativa contribuição para erradicação da fome, garantir a segurança alimentar e proteger o meio ambiente (CARVALHO; ROCHA, 2013).

**Palavra-chave:** agricultura familiar, cooperativismo, políticas públicas.

## LISTA DE SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativista Internacional  
BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil  
BDA- Banco de Desenvolvimento de Angola  
BM - Banco Mundial  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEIC/UCAN - Centro de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONSAN - Conselhos Nacionais para a Segurança Alimentar e Nutricional  
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CRA - Constituição da República de Angola  
DR - República de Angola  
ENACRE - Estratégia Nacional de Comércio Rural e Empreendedorismo  
ENSAN - Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional  
ESAN - Estratégia para a Segurança Alimentar e Nutricional  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FCO - Fundo do Centro-Oeste  
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FNDE - Fundos Constitucionais do Nordeste  
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil  
INE- Instituto Nacional de Estatística  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola  
NEPAD - Nova Parceira para o Desenvolvimento de África  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
OGE- Orçamento Geral do Estado

ONGs - Organização não Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAPAGRO - Programas de Aquisição de Produtos Agropecuários  
PCT - Programa de Cooperação Técnica  
PNAE - Programa nacional de alimentação escolar  
PRONAF - Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar  
SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral  
SAP - Serviço de Alimentação da Previdência Social  
SCIELO - Scientific Electronic Library Online  
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola  
URSS - União das Republicas Socialistas Soviética

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	5
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	5
1.2 OBJETIVOS.....	10
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	<b>10</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>10</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	11
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	12
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	12
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR .....	12
2.2 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO .....	15
<b>2.2.1 O cooperativismo agropecuário</b> .....	<b>17</b>
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	19
<b>2.3.1 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)</b> .....	<b>20</b>
<b>2.3.2 Programa nacional de alimentação escolar (PNAE)</b> .....	<b>23</b>
<b>2.3.3 Programa de aquisição de alimentos (PAA)</b> .....	<b>26</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	28
<b>4 POLÍTICA PÚBLICA DE ANGOLA PARA FOMENTO DA AGRICULTURA</b> .....	29
4.1 PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (PAPAGRO) .....	31
4.2 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR .....	32
4.3 A SITUAÇÃO ATUAL DOS PROGRAMAS .....	34
<b>4.3.1 Os benefícios sociais do papagro para inclusão produtiva</b> .....	<b>34</b>
<b>4.3.2 As críticas do PAPAGRO</b> .....	<b>35</b>
<b>4.3.3 Dificuldade do programa merenda escolar</b> .....	<b>35</b>
4.4 PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO .....	36
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	38
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	39

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Angola é um país com 1.246.700 Km<sup>2</sup> situado na costa atlântica Sul da África ocidental, faz fronteira ao Norte com a República Democrática do Congo, ao Leste com a Zâmbia, e ao Sul com a Namíbia, limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico. Por estar numa zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, com a sua aproximação do mar e corrente fria de Benguela. A República de Angola organiza-se territorialmente, para fins político administrativos, em Províncias e estas em Municípios, podendo ainda estruturar-se em Comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei. <sup>1</sup>

Segundo os dados do Censo Populacional divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014) com uma população estimada de 25 milhões de habitantes, a divisão administrativa é composta por 18 províncias e 164 municípios. Angola passou quase cinco séculos sendo Colônia de Portugal (entre 1482-1974), mas o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado pelos Governos soviéticos (URSS) e Cubanos, proclamou independência em 11 de novembro de 1975. Nesse processo, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e o governo liderado por António Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, provocando grande repercussão interna e externa (MARO DA SILVA, 2007). Jose (2008, p. 166) explica que:

O governo Geisel não teve realmente alternativa senão reconhecer e apoiar o regime revolucionário do MPLA que se instalou em Angola, a fim de defender e consolidar os crescentes interesses econômicos e geopolíticos do Brasil na região sul da África.

A transição para a II República em 1992 teve início com o plano de privatização e redimensionamento empresarial do setor estatal da agricultura, com a substituição do sistema socialista comunista de administração centralizada pela economia de mercado. Contudo, a instabilidade que se registrou após o processo eleitoral de 1992, o conflito armado e a inexistência de empresários agrícolas com conhecimento e capital para investimento foi um

grande entrave para o desenvolvimento do país e explicam em parte a estagnação da produção de alimentos que se seguiu até 2002, quando novo acordo de paz pôs um ponto final na guerra civil (NETO, 2008 *apud* BURNY DE MENDONÇA).

Durante os conflitos armados (1975-2002) a produção de alimentos diminuiu, influenciada em parte pelas deficiências da transformação da estrutura agrária o que gerou uma insegurança alimentar no meio rural além de ser necessário recorrer à importação para garantir alimentos aos centros urbanos, a fim de atender à demanda das classes mais abastadas.

A agricultura em Angola antes da independência era o setor principal da economia e o país era um grande exportador de milho e café. Os agricultores familiares, especialmente na região central, eram os principais produtores e se encontravam bem integrados ao mercado (ENSAN, 2009, p.17). Com o fim da colonização portuguesa, ocorreu a saída de muitos empresários agrícolas e de detentores de grandes propriedades fundiárias, paralisando as atividades produtivas e gerando escassez de alimentos.

Segundo Ferreira (1999), a doutrina do partido no poder MPLA, apesar de possuir um discurso político que defendia a agricultura como base produtiva, a indústria permanecia o fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social. A ausência de uma política econômica coerente, a morosidade e a burocracia nos primeiros anos do governo pós-colônia diminuíram drasticamente a capacidade de desenvolvimento econômico e social do país (MENDONÇA, 2016, p.16). Além disso, destaca-se os conflitos armados e a guerra civil de assolou a economia e a sociedade angolana, tal como nos explica Jose (2008, p. 167):

As origens da guerra civil em Angola residiram em diversos fatores, entre os quais cabe mencionar: 1) os projetos diferentes para o futuro governo de Angola no imaginário dos movimentos de libertação nacional; 2) o grande montante de recursos minerais, principalmente diamantes e petróleo existentes no território angolano, que, além de atiçarem a cobiça e os interesses internacionais, em si mesmas sediavam o conflito; 3) a intervenção de países como ex-URSS, Cuba, EUA, Zaire, África do Sul e outros atores internacionais, especialmente no auge da Guerra Fria, os quais polarizaram mais ainda as disputas internas pelo controle do governo de Angola; 4) a postura tendenciosa de Portugal na elaboração e aplicação do modelo de governo de transição de colônia para a independência através do Acordo de Alvor, cujos signatários foram o governo

português, o MPLA, a UNITA e a FNLA que influenciaram de forma decisiva o agravamento das disputas no país.

Atualmente a República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa, consolidada na Constituição da República de Angola (CRA, 2010). O regime político vigente em Angola é o presidencialismo, em que o Presidente da República é igualmente chefe do Estado e do Governo, tem ainda poderes legislativos e nomeia o supremo tribunal, de modo que o princípio da divisão entre poderes legislativos, executivo e judiciário, fundamental para um sistema democrático.

A recente crise conjuntural da baixa do preço de petróleo *Brent*, principal produto de exportação de Angola, afetou profunda e negativamente a economia angolana. Esse produto representa mais de 90% das exportações e mais 60% da receita fiscal das contas do estado segundo dados do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN, 2014). Com redução das receitas e da reserva internacional líquidas (RIL), Angola enfrenta uma crise econômico-financeira e cambial desde 2014, o que fez diminuir a entrada de moeda estrangeira, impactando as atividades produtivas das empresas privadas e estatais devido à redução da capacidade de importar matéria-prima, equipamentos, máquinas e produtos manufaturados.

Segundo o relatório de fundamentação do OGE (2016), a queda nas importações de alimentos, iniciado gradualmente desde 2015, e que se intensificou no primeiro Trimestre de 2016, criou uma especulação de preços por parte dos agentes econômicos, obrigando o Executivo a adotar as medidas de controle de preços, sobretudo, o dos bens que compõem a cesta básica. Em 2013, a importação de alimentos cifrou-se em USD 450 milhões, USD 465 milhões, em 2014; e em 2015, a importação de alimentos caiu severamente cerca de 30 %, passando para USD 338 milhões. Ou seja, com a menor oferta de bens, sobretudo, de alimentos no mercado, os respectivos preços dos itens subjacentes, cuja procura é inelástica, subiu fortemente, afetando diretamente o aumento do Índice de preços ao consumidor.

A dependência de importação dos produtos consumíveis é um dos fatores cruciais que o país enfrenta no período de contenção de gastos. Nesse sentido, o país precisa criar políticas de desenvolvimento para os setores produtivos como a agricultura e a indústria de transformação para se libertar da dependência do petróleo, sobretudo porque esse produto não contribui para a criação de emprego e geração de renda da maior parte das famílias, sobretudo das zonas rurais. Angola é um país rico em termos de recursos naturais, com o clima tropical úmido e solos férteis para atividades agrícolas, e grandes reservas de recursos minerais como (ferro, diamantes, mercúrio, quartzo, mármore, granito, rochas ornamentais, cobre, chumbo, estanho, manganês, ouro, urânio, etc.), embora não estejam ainda totalmente avaliados. Para que estes recursos gerem desenvolvimento sustentável é necessário que haja investimento em tecnologia, infraestrutura e capacitação de recursos humanos qualificados. Segundo Rocha (2016) a diversificação da economia é considerada como a melhor estratégia para resolver os problemas criados pela dependência dos recursos naturais, como por exemplo, o petróleo em Angola.

Comparando a história do desenvolvimento econômico brasileiro com a recente conjuntura econômica em Angola, é possível encontrar similitudes que conferem importantes aprendizados. Segundo Furtado (2005), na seminal obra *Formação Econômica do Brasil*, o avanço da industrialização deu-se por meio do processo de substituição de importações, começando com bens de consumo não duráveis, e evoluindo na direção de bens de consumo duráveis e de capital.

No entanto, no caso do desenvolvimento industrial brasileiro, ocorreram mudanças no setor agrícola que, à despeito do aumento da produtividade, provocou alterações que podem até mesmo ter intensificado as disparidades regionais e sociais no Brasil. Conforme Santos Junior, Rangel e Santos (2017, p. 60-61):

A complexidade dos movimentos observados na dinâmica territorial brasileira ocorrida nesse período não permite uma sumarização, haja vista que ocorreram mudanças bruscas: no perfil do uso e ocupação do solo, no tipo de técnica e padrão tecnológico utilizado, na forma de financiamento das atividades, bem como na estrutura de propriedade das terras. O fato é que a agricultura se transformou completamente, talvez de forma mais intensa que a indústria.

O que os autores acima chamam atenção é para o fato de que a estratégia brasileira de desenvolvimento econômico pautada na indústria, transformou a agricultura, mas sem incluí-la de forma sustentável o que gerou distorções que somente começaram a ser reparadas no início dos anos 2000. A partir do diagnóstico das distorções geradas, Santos Junior, Rangel e Santos (2017) destacam a necessidade de:

Política Pública dirigida à manutenção da Agricultura Familiar, com gestão e planejamento que possa organizar a produção familiar para os mercados próprios. Ou seja, tecnologias sociais e produtivas que considerem a realidade desses agricultores, sem privilegiar a tutela, mas sim a política pública de enfrentamento dos desafios.

Apesar das mazelas relacionadas ao processo de industrialização no Brasil e sua repercussão sob o mundo rural, Carvalho e Rocha (2013, p. 280) lembram que:

No Brasil, as políticas públicas relacionadas com o abastecimento alimentar surgiram em 1930, coincidindo com o processo de industrialização. Em 1938, foi criada pela Lei 399 a chamada “ração tipo essencial mínima” que determinava doze produtos para compor a alimentação básica da população brasileira. Em 1940, foi estabelecido o Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social (Saps), objetivando prover a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores e proporcionar alimentação acessível com a instalação de restaurantes destinados a classe trabalhadora.

Ou seja, o desenvolvimento do setor agrícola aparece como um processo inexorável para o adequado desenvolvimento industrial.

Em Angola, o setor agrícola é o que menos recebe investimento no Orçamento Geral do Estado (OGE), estando abaixo de 1% do PIB nos últimos anos. Sendo esse é uns dos setores que deve garantir a segurança alimentar para famílias mais vulneráveis que vivem na pobreza extrema, isto nos faz pensar em como aumentar o nível da produtividade no setor. Tal aumento não é apenas necessário para elevar simplesmente os padrões de vida e gerar renda das famílias, mas também para fornecer o excedente agrícola a fim de financiar a atividade manufatureira acrescida.

Nessa direção Baldwin (1979, p. 93) contribui para o debate na área da produtividade no setor agrícola quando afirma que:

[...] não parece haver nenhum caminho único e simples para solucionar o problema agrícola. Uma lição importante aprendida no período de pós-guerra é que a reforma agrária, aperfeiçoamento nos transportes de mercado, estabelecimento de melhores facilidades de créditos, e técnicas agrícolas mais produtivas são todos necessários para resolver o problema, com sucesso.

Angola pode aprender com a experiência de outros países, inclusive o Brasil por ser um país com características culturais e climáticas idênticas, olhando mais atentamente para o padrão de diversificação da matriz produtiva econômica feita por este país e seguir os bons exemplos que se adaptam ao contexto angolano, evitando os erros que já foram diagnosticados no caminho seguido pelo Brasil ao longo de várias décadas.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Com base na experiência brasileira no âmbito das Políticas agrícolas, esse estudo objetiva propor algumas políticas públicas e/ou programas para o desenvolvimento da agricultura familiar angolana, buscando a inclusão e autonomia dos pequenos produtores familiares, ao mesmo tempo em que contribua para a mitigação da dependência externa de alimentos.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Definir capacidade organizativa e produtiva no nível familiar;
- b) Diagnosticar o perfil da população rural e da agricultura familiar angolana;
- c) Apontar políticas públicas de abastecimento e comercialização de produtos agrícolas produzidos pelos pequenos produtores no Brasil;
- d) Analisar a situação atual das políticas para inclusão produtiva de Angola

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A fragilidade da economia Angolana no âmbito da produção de alimentos, a dependência externa associada às crises do petróleo que geram déficit no balanço de pagamentos por si só revelam a relevância do tema em Estudo. Atualmente existe uma política pública do governo angolano que busca promover o processo de substituição da importação e a promoção de exportações, baseando na agricultura de precisão, para produção em alta escala voltada para no mercado externo. Todavia, não se encontram nos documentos oficiais e nas políticas públicas daquele país, uma atenção necessária para a agricultura de base familiar, que busque a sustentabilidade dessa atividade.

Atualmente Angola possui uma economia altamente dependente e com pouca diversificação econômica e dinâmica nacional, uma população urbana e rural com altos índices de empobrecimento sem acesso aos serviços adequados de infraestrutura (escola, hospitais, saneamento básico, equipamentos públicos de lazer). Nesse sentido, surge o desenvolvimento de políticas públicas que busquem fixar população no campo, sobretudo à fim de evitar o esvaziamento rural e a promoção do inchaço urbano que tanto confluem para o aumento da violência e para a perda da memória cultural, tal como ocorreu no Brasil a partir dos anos 1930, mas com impulso na segunda metade do século XX.

É mister ressaltar, conforme afirmam Esteves, Gomes e Fonseca (2016), que é comum encontrar exemplos de transferência do Brasil para Angola de políticas públicas que lograram maior ou menor sucesso. Nesse sentido, os Programas de Desenvolvimento do Meio Rural Brasileiro aparecem como novas oportunidades para se pensar a economia e o desenvolvimento angolano.

Por fim, é notória a pouca presença de trabalhos acadêmicos que pensem o meio rural e as políticas públicas em Angola, servindo o presente trabalho como uma contribuição para a redução dessa lacuna.

## 1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A fim de atingir os objetivos propostos esse trabalho foi organizado em mais três capítulos para além dessa introdução. No segundo capítulo apresentamos uma revisão da literatura sobre o tema que sustenta o trabalho e fornece pistas para o estudo de caso e desenvolvimento da metodologia. No terceiro capítulo discutimos a metodologia utilizada no trabalho e, por fim, o capítulo 4 traz o que Angola possui de políticas públicas para agricultura, quais os desafios para implementação e as sugestões de políticas públicas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

O mundo está cada vez mais empenhado no que diz respeito à segurança alimentar, para pôr em evidência a agricultura familiar e os pequenos agricultores e sua significativa contribuição para erradicar a fome, garantir a segurança alimentar e proteger o meio ambiente (CARVALHO; ROCHA, 2013). Diversas iniciativas internacionais, inclusive os diálogos regionais, indicam maior reconhecimento da importância da contribuição dos agricultores familiares para a segurança alimentar mundial<sup>1</sup>.

Começando com a declaração de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar pela Assembleia Geral da ONU, o desafio fome zero, do Secretário-Geral da ONU, inclui uma meta específica para melhorar a produtividade dos agricultores familiares. A agricultura familiar também é uma prioridade na agenda nacional dos Estados Unidos, como demonstrou a recente aprovação, pelo Senado norte-americano, de uma resolução declarando 2014, como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Reconhecimento internacional dos agricultores familiares, o debate realizado no dia 22 de outubro, no Auditório da National Geographic, em Washington D.C: <http://www.fao.org/family-farming-2014/news/news/details-press-room/pt/c/254191/>

<sup>2</sup> Após a assinatura do projeto em março de 2014, a força tarefa do programa de cooperação técnica da CPLP foi estabelecida em abril de 2014: [http://www.fao.org/fsnforum/cplp/sites/cplp/files/files/CPLP\\_final-report\\_PORT.pdf](http://www.fao.org/fsnforum/cplp/sites/cplp/files/files/CPLP_final-report_PORT.pdf)

Em muitos países em desenvolvimento, a agricultura é a principal atividade e fonte de renda para uma grande parte da população. O investimento em agricultura familiar apresenta um potencial considerável para o desenvolvimento econômico, o Brasil compartilha com o mundo as políticas que contribuíram para que o país saísse do mapa da fome das Nações Unidas (FAO, 2016).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO, 2016) a experiência de sucesso para o fortalecimento da agricultura familiar, destaca as principais ações do Brasil que contribuíram para a superação da fome foi:

A partir da implantação de um registro nacional, o Brasil conseguiu identificar onde vivem os agricultores e as agricultoras familiares, e quais são os seus principais produtos. Estes dados permitiram a geração de políticas públicas específicas para atender as principais demandas dessas famílias, como a criação de linhas de créditos que possibilitaram o incremento da produção agrícola familiar e a melhoria da renda de milhares de agricultores familiares (FAO, 2016, p. 5). d

A FAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), prepararam um Programa de Cooperação Técnica (PCT) que se concentra no apoio da organização à CPLP e os seus governos, parlamentos e parceiros não governamentais para a implantação da Estratégia para a Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN), em prol do estabelecimento de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa sem Fome. A FAO elaborou um estudo sobre “*A Governança do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional e o Papel da Agricultura Familiar nos Países da CPLP*”, que analisa oportunidades e desafios ligados ao funcionamento e à futura criação de Conselhos Nacionais para a Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), considerando a implantação do direito humano à alimentação adequada, com atenção especial à participação dos agricultores familiares.

Figura 1: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Fonte: FAO (2014).

De acordo com o documento da FAO (2014):

As recomendações resultantes reafirmaram a importância da agricultura familiar como a base da estrutura agrária angolana e ressaltaram a necessidade de a FAO prestar assistência técnica e treinamento às organizações da sociedade civil para a participação social, e ao governo de Angola para o estabelecimento do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional (CONSAN) e a revisão do plano de ação de segurança alimentar e nutricional.

As novas prioridades do setor agrícola em Angola estão voltadas para a agricultura familiar nos próximos anos, especialmente o apoio às mulheres do campo. No contexto da Cooperação Sul-Sul, a FAO, junto com a Cooperação Brasileira, está prestando orientação ao Ministério da Agricultura para estabelecer um programa nacional para o desenvolvimento da agricultura familiar em curtos e médios prazos, de 2015 a 2019. A FAO, em parceria com o governo de Angola e a ONG internacional “People In Need”, está implantando um projeto de “alimentação escolar” na província de Bié, valorizando os produtos agrícolas locais. Essa experiência inovadora será reproduzida nacionalmente.

De acordo com Benitez e Golinski (apud SILVA *et al.*, 2015, p. 420), “a agricultura familiar vem sendo acompanhada nas últimas décadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), nacionais e internacionais que estão atuando para auxiliar projetos relacionados à produção agrícola sustentável [...] para a preservação do meio ambiente”.

A FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil (INCRA, 1994) compreendem o potencial da agricultura familiar pela importância para a família, uma vez que, a administração da propriedade rural é realizada por ela, como também a produção. Ainda de acordo com Silva et al. (2015), ressalta que:

A agricultura familiar tem se apresentado como uma forma produtiva responsável por significativa parcela da produção de alimentos no país, além do desenvolvimento de outras atividades como o artesanato, turismo, etc. O termo agricultura familiar para os negócios agrícolas geridos pelas famílias que trabalham diretamente nele com ou sem o auxílio de terceiros, vem sendo utilizado nas últimas décadas precedido de denominações como pequena produção, pequeno agricultor e, ainda, camponês. (SILVA et al. 2015, p. 10).

De acordo com Abramovay (1998) diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares o poder público criou incentivos a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, para desenvolver a agricultura familiar no país como uma alternativa de desenvolvimento para as famílias que residem no meio rural, a partir da geração de emprego e renda.

## 2.2 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Em 21 de dezembro 1844, no bairro de Manchester na cidade de *Rochdale* na Inglaterra é considerado o marco do cooperativismo. Nesta data, 28 tecelões fundaram a *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale), para enfrentar a crise industrial da época, constituíram cooperativa de consumo, cujo objetivo era fornecer gêneros de primeira necessidade aos associados (ANDRADE; SICSÚ, 2003, p. 3).

Segundo Polônio (1998, p. 20) na mesma época teve início, na França, o movimento das cooperativas de produção e a partir de 1849, na Alemanha, foram constituídas as cooperativas de crédito e de consumo.

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, o movimento teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da

Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas (OCB, 2006). Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e também nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Segundo o site OCB:

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje em atividade. Com sede em Nova Petrópolis (RS), a cooperativa foi a solução encontrada para melhorar as vidas dos moradores do município, que até então não contava com nenhum banco. A partir de 1906, surgiram as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e por imigrantes, especialmente de origem alemã e italiana. Trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a se organizar em cooperativas.

Anos depois, a Lei 5.764/71 disciplinou a criação de cooperativas com a instituição de um regime jurídico próprio, destacando o papel de representação da OCB, mas trazendo ainda alguns pontos que restringiam, em parte, a autonomia dos associados. Essa limitação foi superada pela Constituição Federal de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início efetivamente à autogestão do cooperativismo.

Em 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu a presidir a Aliança Cooperativista Internacional (ACI), OCB (informação retirada no site <http://ocb.org.br>, 15/04/2018, 20.40hs).

Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. No ano de 1998 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Que é o responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

### 2.2.1 O cooperativismo agropecuário

Segundo Ricciardi e Jenkins (1995, p. 101), “o cooperativismo é um método de trabalho conjugado, ao mesmo tempo em que pode ser visto como um sistema econômico peculiar, onde o trabalho comanda o capital”. Uma cooperativa é uma associação de pessoas, que se reúnem para o atendimento de necessidades que lhes são comuns (RICCIARDI; JENKINS, 1995). Tais necessidades são, basicamente, econômicas: comercialização de produtos, aquisição de bens, acesso ao crédito, oferta de trabalho, utilização de serviços etc.

A ideia do cooperativismo veio da constatação de que a cooperação é fazer coisas junto com outras pessoas de melhor maneira, para encontrar as soluções que interessam a um determinado grupo de indivíduos. Pode-se dizer que o trabalho em cooperação resulta numa economia humanizada, colocando o indivíduo acima do capital, pois tudo o que resultar do trabalho conjunto, reverterá para o verdadeiro desenvolvimento daquele grupo humano. Considerando o conceito de cooperativismo fica bastante evidente como a forma mais eficaz de, conjugando esforços e recursos, promover a elevação dos padrões de qualidade de vida dos que se associarem sob suas regras, prestando efetivos serviços as suas comunidades e à própria sociedade.

Ricciardi e Jenkins (1995, p.112) entendem que, ao atingirem seus propósitos econômico-sociais, as cooperativas contribuem, efetivamente, para:

- Melhorar a distribuição de renda, principalmente entre os pequenos produtores, pequenos artífices e profissionais autônomos;
- Integrar e humanizar as relações econômicas, possibilitando a integração dos cooperados às comunidades onde vivem, viabilizando e estimulando sua participação ativa nas mudanças sociais, políticas e econômicas que correrão no seu ambiente social;
- Aumentar as oportunidades de trabalho, dado que suas atividades geram empregos e criam novas formas de promover a força do trabalho associado;

- Promover o desenvolvimento socioeconômico justo, pelo oferecimento do potencial produtivo dos grupos cooperados em auxílio na busca da solução dos problemas nacionais mais agudos; e
- Despertar a consciência de cidadania, pela descoberta de que a participação, sendo obrigação, gera direitos e que só se pode desfrutar daquilo que se produz, regra básica para a vida organizada e saudável.

A cooperativa, praticando uma concorrência saudável, atua como agente regulador do próprio mercado (RICCIARDI; JENKINS, 1995).

Quadro 01: Objetivos e tipos de cooperativas

Serviços Procurados/Desejados (Objetivos)	Tipo de cooperativa
Aquisição de bens de consumo: cesta básica, alimentos em geral, roupas, utensílios, eletrodomésticos, eletroeletrônica, computadores, etc.	De consumo
Capitalização, aplicações financeiras, Empréstimos, contas- correntes, etc.	De crédito
Vendas de insumo Agrícolas e bens de consumo aos associados, classificação, beneficiamento, industrialização de Subprodutos	Agropecuárias
Eletrificação e Telefones no Meio rural	De serviço
Serviços médicos, odontológicos, psicológicos e afins.	Saúde
Ensino organizado por alunos de escola agrícola e ensino regular organizado por pais de alunos	Educacionais
Meios de produção pertencentes à cooperativa e os cooperados formado o seu quadro diretivo, técnico e funcional.	Produção
Outras atividades	Outras

**Fonte:** elaborado pelo autor.

As cooperativas podem, paralelamente aos seus objetivos principais, prestar outros tipos de serviços, como é o caso, por exemplo, das agropecuárias que, em muitos casos, oferecem aos associados<sup>3</sup>.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Silva e Marques (2004) a participação social no processo de redemocratização brasileiro e as ações governamentais foram fundamentais no processo de discussão, elaboração, deliberação, gestão e/ou controle das políticas públicas. “A descentralização, juntamente e articulada à participação social, também é um elemento marcante dos discursos e propostas políticas democratizantes dos anos 80 e 90, no Brasil” (SILVA; MARQUES, 2004, p. 10).

No campo do desenvolvimento rural, a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) concorreu decisivamente para a ebulição do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para democratização (SILVA; MARQUES, 2004, p. 11).

Convém destacar, todavia, que estes programas se limitavam inicialmente a uma linha de crédito privilegiado destinado aos agricultores familiares. Em 1996, a criação da linha infraestrutura e serviços para os municípios permitiu a incorporação de outros temas, notadamente a ideia de participação social.

Através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de julho de 1996, o Estado passou a reconhecer as especificidades e legitimidade das demandas dos agricultores familiares, criando-se então o Pronaf. Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões dos movimentos sindical rural, realizadas desde o início dos anos 1990. De acordo com Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 23), o Pronaf nasceu com finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos

---

<sup>3</sup> Todas as cooperativas têm como objetivo prestar serviços, mas algumas se limitam a prestar serviços direita e exclusivamente aos seus quadros social. Por isso elas constituem o segmento serviço. Orientação para constituição de cooperativas – OCB, Brasília, 1994.

produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam serias dificuldades para se manter na atividade.

Assim, na conjuntura da abertura política brasileira, nas propostas de participação encontram-se diretamente associadas às noções de democratização e de aumento da eficiência/ eficácia (dentro de uma ótica universalista e redistributiva) das políticas públicas (KUNRATH SILVA; SERGIO SCHNEIDER, 2004, p. 151).

Com base nessa participação, observa-se, ao longo da década de 1990, a proliferação de experiências de implantação de novos processos e canais institucionais que viabilizaram a participação social (MOURA; SILVA, 2008). A promulgação da constituição Federal de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado brasileiro ao introduzir novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, onde podemos destacar a institucionalização dos conselhos gestores de políticas setoriais ou conselhos de políticas públicas nas esferas federal, estaduais e municipais.

### **2.3.1 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**

De acordo com Silva e Schneider, (2004, p. 148):

“o Pronaf é uma política pública que privilegia a gestão local de suas ações, dando forte ênfase ao papel dos municípios e das entidades da sociedade civil local como ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações”.

Por outro lado, os estudos realizados pela FAO/ INCRA<sup>4</sup> definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e estabelecem um conjunto de diretrizes que nortearam a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares. Esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF.

---

<sup>4</sup> FAO/ Incra, 1994a. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasil: FAO/ Incra, 98p. FAO/ Incra, 1994b. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento. Brasil: FAO/ Incra, versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 24p.

Segundo Cazella e Mattei (2004) a origem do PRONAF teve início no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996, cujo a institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de julho de 1996. O programa foi se destacando como a principal política pública do governo federal para apoio da agricultura familiar. Todavia, no período inicial apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF abrangeu com maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, trata-se de um programa que visa ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Tem como objetivo fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

De acordo Cazella e Mattei (2004), do ponto de vista operacional, o Pronaf apresenta atualmente quatro grandes linhas de atuação, a saber, financiamento da produção:

- O programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;
- Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Em relação à delimitação do público-alvo, o programa atende especificamente os agricultores familiares, caracterizados a partir dos seguintes critérios:

- a) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originariamente da atividade agropecuária;
- b) Deter ou explorar estabelecimentos com áreas de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- c) Explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- d) Utilizar a mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, até dois empregados permanentes;
- e) Residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) Possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

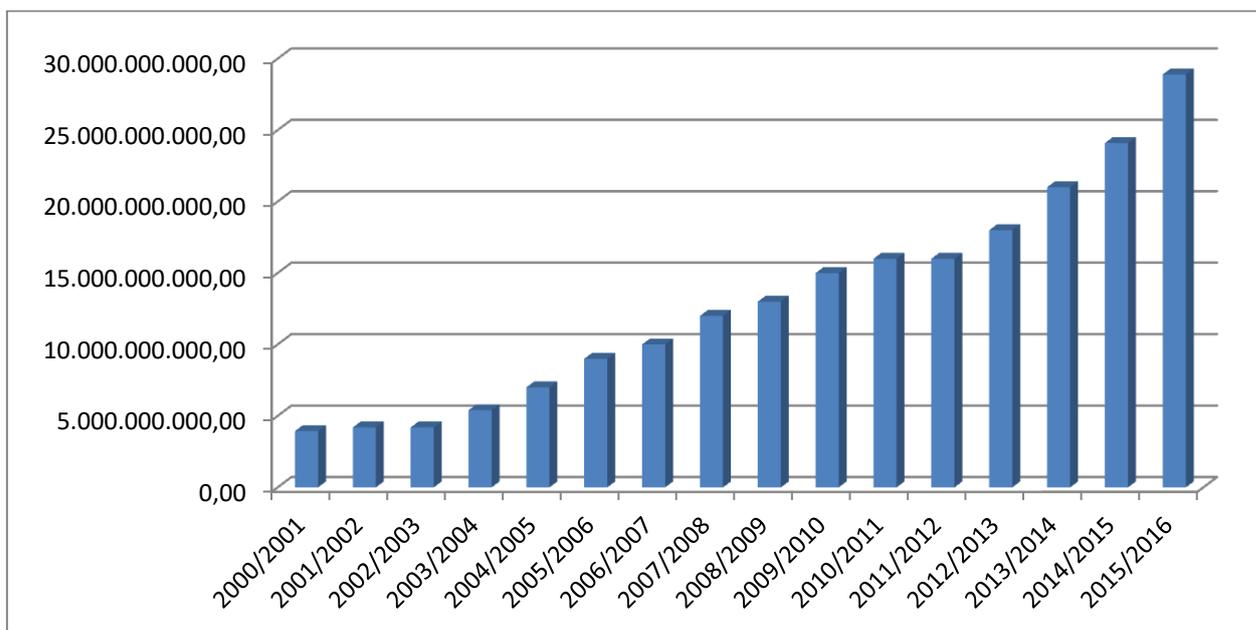
De acordo Schneider; Matti e Cazella (2004, p. 4) a firma que:

As fontes de financiamento também foram ampliadas. Além do BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) assumiu o lugar de principal fonte de recursos, representado cerca de 80% do total desde 1996 até nos dias atuais. As outras fontes são os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição de 1988 para favorecer o desenvolvimento das regiões mais pobres; as verbas vindas do Tesouro Nacional, alocadas no Orçamento Geral da União; a exigibilidade Bancária (percentual de recursos captados pelos bancos comerciais e depositados no Banco Central) e, mais recentemente, os Bancos Cooperativos como o Sicredi e o Bancoob<sup>5</sup> que operam com convênios com Banco do Brasil. Para que os mecanismos de financiamento do Pronaf ganhassem efetividade, coube ao Estado desempenhar um papel crucial na equalização das taxas de juros, das despesas administrativas e, muitas vezes, avaliar as operações para cobrir o risco do sistema bancário.

---

<sup>5</sup> Em 1995, o Conselho Monetário Nacional autorizou a criação de bancos privados de créditos cooperativo. Nos anos seguintes foram constituídos o Banco do Sistema Sicredi S. A. (Bansicredi), com atuação nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o Banco Cooperativo do Brasil S. A. (Bancoob) que, no final do ano 2000, atuava em 14 estados brasileiros (Burigo, 1999; Bittencourt, 2001; Cazella, 2002).

Gráfico 1: Financiamento da agricultura familiar (Bilhões)



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da tabela dos dados do BACEN/MDA/SAF.

A modalidade denominada Financiamento da Produção – que comporta os recursos para custeio e investimentos - está voltada ao apoio financeiro dos agricultores familiares, segundo seis categorias de beneficiários. Essa categorização decorreu da publicação de um estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA

### 2.3.2 Programa nacional de alimentação escolar (PNAE)

Com o objetivo de entender e analisar o processo de criação do PNAE, sua importância e as formas de funcionamento, a eficiência e a eficácia dos resultados obtidos na sua execução, a sua criação. De acordo com Arretche (2000 apud RODRIGUES; DRAGO, 2016, p. 28), “a história do PNAE tem início em 1954, sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentação (CNA)”. Nessa época, foi criada a Campanha de Merenda Escolar dentro do Ministério da Educação e Cultura. A CNA foi oficializada no Decreto-Lei nº 7.328, de 17 de fevereiro de 1945.

Como destaca Alves (2015), *a origem da preocupação política do Brasil com a alimentação escolar data da década de 1940. No entanto, a*

*ideia não pôde ser concretizada por falta de recursos financeiros.* Nogueira (2005) destaca que, em 1940, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAP), no Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio que foi o primeiro órgão de política de alimentação instituído no Estado brasileiro, sendo a educação alimentar uma Tónica sempre presente nos seus discursos e suas programações.

Assim, podemos considerar que o PNAE tem sua origem na era Vargas, no início da década de 1940, quando inúmeras discussões envolvendo a alimentação escolar foram realizadas e o Instituto de Nutrição defendia a proposta de governo federal oferecer alimentação ao escolar. Conforme o atendimento atual cabe ressaltar que, de acordo com Arretche (2000 apud RODRIGUES; DRAGO, 2016, p. 37) o PNAE é o mais antigo programa de suplementação alimentar do país, foi desenvolvido a partir de 1954, sob a responsabilidade da CNA.

De acordo com os autores, o PNAE ficou caracterizado como um dos programas mais centralizados da área social, e a centralização, como forma de execução do programa, prevaleceu desde sua criação em 1954 até 1983. Destacam que a forma de gestão centralizada significava que o órgão gerencial planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.

A partir de 1993 começa, de fato, a implementação de uma política de descentralização do programa. Iniciando com o processo de municipalização da merenda escolar apenas nas capitais.

A descentralização dos recursos para execução do programa foi instituída através da Lei nº 8.913, de 12 julho de 1994 (BRASIL, 1994), mediante a celebração dos convênios com os municípios e com o envolvimento das secretarias de educação dos estados e Distrito Federal, às quais delegou competência para atendimento aos alunos de suas redes. De acordo com Arretche (2000, p. 161):

“a partir de 1995, embora a municipalização continue sendo apresentada como diretriz preferencial para execução do programa passaram a serem incentivadas três modalidades de gestão, estadualização, municipalização e escolarização”.

O estabelecimento da descentralização veio a se consolidar a partir de edição da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998), em que, além do repasse direto a todos os municípios e secretarias de educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, permitindo maior agilidade ao processo. Cabe destaque no Programa o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, além da obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, permitindo, dessa forma, um estímulo ao desenvolvimento da economia local. Desse modo, alimentos naturais como carnes, cereais, frutas e legumes devem ser priorizados tanto do ponto de vista econômico como nutricional, educacional e cultural, procurando-se sempre respeitar a realidade regional e a tradição alimentar da população atendida.

De acordo com o site do FNDE:

Com esse novo modelo de gestão, a transferência dos recursos financeiros do programa tem ocorrido de forma sistemática e tempestiva, permitindo o planejamento das aquisições dos gêneros alimentícios de modo a assegurar a oferta da merenda escolar durante todo o ano letivo. Além disso, ficou estabelecido que o saldo dos recursos financeiros existente ao final de cada exercício deve ser reprogramado para o exercício seguinte e ser aplicado, exclusivamente, na aquisição de gêneros alimentícios (FNDE, 2018).

No Brasil, o PNAE oferece alimentação aos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, inclusive as modalidades de educação de jovens e adultos, indígenas e quilombolas) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Cabe ressaltar ainda que, segundo Chaves e Brito (2006, p. 76):

Foram também acordados entre o Brasil [...] e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) uma cooperação para identificar, elaborar e implementar projetos

baseados no PNAE em países que solicitem essa ajuda tanto do programa como da FAO. Foi iniciada, em 2006, a fase de elaboração de propostas de implantação no Haiti, e no continente Africano os países como Angola, Cabo Verde e Moçambique, sendo esses últimos de língua portuguesa.

Esse programa é considerado um dos maiores do mundo na área de alimentação escolar e é desenvolvido através de um atendimento universalizado. Assim, podemos considerar que no caso do PNAE houve uma relação entre o processo de redemocratização e descentralização, uma vez que o PNAE só assumiu formas de gestão descentralizadas a partir do estabelecimento do regime democrático no Brasil.

### **2.3.3 Programa de aquisição de alimentos (PAA)**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O programa de aquisição de alimentos possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Silva (2011) PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agro ecológica de alimentos;

incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Segundo a Cartilha do PAA no site da CONAB:

Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquiculturas, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários fornecedores podem participar do PAA individualmente ou por meio de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado (CONAB, 2018).

Para participar do Programa individualmente, os beneficiários fornecedores devem possuir a declaração de aptidão ao PRONAF, instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar (MDS, 2018). Já as organizações de agricultores, para participarem do PAA, devem deter a declaração de aptidão ao PRONAF especial pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo grupo gestor do PAA.

Cartilha (2018, p. 4) os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Cartilha (2018, p. 6) as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional devem procurar a rede socioassistencial ou os equipamentos de alimentação e nutrição em seus municípios. Estas entidades devem procurar as Unidades Executoras do Programa para serem incluídas como beneficiárias. As entidades também podem buscar grupos da agricultura familiar e articular projetos junto às Unidades Executoras.

Delegado; Conceição e Oliveira (2005) regramento do PAA é definido por um grupo gestor, órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério da Fazenda; e
- Ministério da Educação.

O Grupo Gestor tem como objetivo principal orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando por meio de suas resoluções. A compra com doação simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o direito humano à alimentação adequada (MDS, 2018). A modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e, em condições específicas definidas pelo grupo gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

A compra direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo grupo gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação (MDS, 2018).

Para execução dessa modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pela operacionalização.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo tem por objetivo propor algumas políticas públicas de desenvolvimento agrícola para economia Angolana, que seja capaz de incluir os pequenos produtores familiares, e ao mesmo tempo contribuir para mitigação da dependência externa de alimentos. Desse modo, optamos por eleger a abordagem qualitativa e quantitativa, pois analisaremos os dados

qualitativamente e trataremos os dados quantitativos dos dois países em questão, Angola e Brasil para melhor compreensão do tema.

Elegemos como tipo de pesquisa a pesquisa bibliográfica, pois Gil (2002) afirma que está acontecendo quando é elaborada a partir de material já publicado como livros e artigos de periódicos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, visto que buscaremos nossos dados qualitativos, prioritariamente, em livros, dissertações de Mestrado, teses de doutoramento e artigos publicados em periódicos qualificados. Já dos dados quantitativos buscaremos nos sites dos Ministérios brasileiros, Secretaria Estaduais e de Angola, como também, em relatórios oficiais de instituições acadêmicas e caso necessitamos, em relatórios dos organismos internacionais (BM, ONU).

Nossos principais bancos de dados serão: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). No site do RCAAP encontramos as produções de artigos angolanos.

#### **4 POLÍTICA PÚBLICA DE ANGOLA PARA FOMENTO DA AGRICULTURA**

No plano internacional, Angola assumiu os acordos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e tem sido a preocupação do governo ajustar as suas políticas e programas nos planos de desenvolvimento (ENSAN, 2009). Também no plano regional, o Governo de Angola tem demonstrado empenho em contribuir para compromissos assumidos neste âmbito, em particular com as prioridades de redução da fome e pobreza no âmbito das agendas da Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Segundo (ENSAN, 2009, p. 35) que, o governo tem vindo a lidar com as causas de a insegurança alimentar e má nutrição através da implementação de políticas e programas, que assentam nas seguintes vertentes:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Reabilitação e construção de infraestruturas de desenvolvimento (estradas, pontes, portos, aeroportos, escolas, hospitais, habitações, centros de logística e mercados);
- Restauração da produção agrícola, pecuária e pesqueira.

Quadro 2 - Políticas que contribuem para a implementação da ENSAN em Angola

POLITICAS	ORGANISMO RESPONSÁVEL	OBJECTIVO
<i>Estratégia de Combate à Pobreza</i>	Ministério do Planeamento	Redução em 50% da proporção da população com menos de 1 dólar/dia, até 2015.
<i>Política comercial</i>	Ministério do Comércio	Age sobre a estrutura dos preços relativos, volume das importações e das exportações de bens e serviços e sobre a actividade comercial em geral
<i>Política Nacional de Saúde</i>	Ministério da Saúde	Visa assegurar uma vida saudável para todos os angolanos
<i>Política de desminagem dirigida</i>	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Visa facilitar o assentamento das populações e a circulação de pessoas e bens para reduzir a vulnerabilidade social e gerar a sua auto sustentabilidade

**Fonte:** Quadro legislativo e institucional/ENSAN.

No quadro seguinte os principais instrumentos já utilizados pelo Governo angolano que concorrem para a redução da pobreza, fome e má nutrição. Os instrumentos estão num marco jurídico próprio que permitem não só a aplicação de políticas como também a fiscalização das mesmas e diretrizes do ponto de vista orçamental. Em outras palavras, o quadro jurídico para a realização das políticas e das ações propostas já está disponível e a maior parte estão a ser implementadas.

Quadro 3 - Instrumentos que concorrem para a implementação da ENSAN em Angola

<b><i>Lei de terras</i></b>	Estabelece mecanismos que permitirão a segurança da posse e uso da terra, com destaque para o sector familiar.
<b><i>Lei da Defesa do Consumidor</i></b>	Estabelece mecanismos para protecção do consumidor.
<b><i>Lei das sementes</i></b>	Estabelece o controlo e fiscalização da produção, importação e exportação e mudas em todo o país.
<b><i>Lei de Recursos Biológicos Aquáticos</i></b>	Assegurar o uso racional e sustentável dos recursos biológicos aquáticos, do ambiente costeiro e ribeirinho.
<b><i>Lei das águas</i></b>	Promoção do uso sustentável das águas.
<b><i>Lei da Sanidade Animal</i></b>	Prevenção e combate às doenças dos animais.
<b><i>Lei de Bases do Ambiente</i></b>	Define os conceitos e os princípios básicos da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais.

**Fonte:** Quadro legislativo e institucional/ENSAN.

#### 4.1 PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (PAPAGRO)

O PAPAGRO foi considerado como um programa estruturante no contexto do Combate à fome e a Pobreza criado em 2013 sob a tutela do Ministério do Comercio, onde o governo procura contribuir com o aumento de rendimentos para os produtores de pequenas propriedades agrícolas, no sentido de incentivar o escoamento da produção proveniente fundamentalmente da agricultura familiar.

Para sua efetivação, Aprovou-se a Estratégia Nacional de Comercio Rural e Empreendedorismo, designada (ENACRE) pelo Decreto Presidencial nº 28/ 14 de 11 de fevereiro (DR, 2014, p. 958). Tendo em conta a necessidade de se contribuir para o desenvolvimento da produção nacional, do emprego, da segurança alimentar e da fixação das populações nas zonas rurais.

DR (2014, p. 972) orçamento de funcionamento do PAPAGRO. Para a cobertura das despesas inerentes ao programa foi criado Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) sob a supervisão do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), os recursos são financiados do Orçamento Geral do Estado

(OGE) via do Ministério do comércio. O total de investimentos para o Comercio Rural apresenta-se na tabela abaixo:

Tabela 1: Total do orçamento de investimento

<b>Designação</b>	<b>Valores Total (USD)</b>	<b>%</b>
Infraestruturas, Armazém e Lojas	35.000.000	65
Compra de produtos ao camponês	5.600.000	10
Compra de mercadorias diversas	7.000.000	12
Qualidade de serviços de suporte	7.400.000	13
<b>Total</b>	<b>55.000.000</b>	<b>100</b>

Fonte: Diário da Republica/DR

O BDA disponibilizou em 2013 a quantia de 55 milhões de dólares, dos quais 65% foram destinados a construção das infraestruturas (armazéns e lojas), 13% para a promoção da qualidade e serviços de suporte, 10% para a compra do produto aos camponeses, 12% para a compra de mercadoria diversa.

#### 4.2 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR

A Merenda Escolar em Angola é coordenada pela Direção Nacional para a Ação Social Escolar, órgão do Ministério da Educação a quem compete à execução administrativa do Programa de Merenda Escolar, que tem, entre várias competências, estabelecer a política que rege o Programa de Merenda Escolar, normas e regulamentos.

O Programa de Merenda Escolar tem como órgão de consulta técnica as seguintes estruturas:

- Ministério do Planeamento,
- Ministério das Finanças,
- Ministério da Saúde,
- Ministério da Agricultura,

- Ministério da Administração do Território e
- Ministério da Integração e Reinserção Social.

O Ministério da Educação em parceria com as ONGs e governos provinciais vêm levando a cabo a implementação do programa Merenda Escolar com a mesma finalidade para toda rede educativa nacional. Os seus princípios incluem o alcance da educação básica universal e a erradicação do analfabetismo, de forma a garantir que toda a população tenha a oportunidade de desenvolver as capacidades mínimas para combater a pobreza.

A prioridade de escolha das escolas a ser objeto de assistência ou alvo do Programa de Merenda é apoiada numa base geográfica: áreas mais vulneráveis e de maior incidência de insegurança alimentar; rurais; difícil acesso, que obrigue as crianças a andar vários quilómetros para chegarem à escola.

Considerando a delicada situação nutricional da criança angolana das zonas periférica e rurais, fruto da guerra, o Ministério da Educação e o Programa Alimentar Mundial (PAM) assinaram um protocolo de cooperação em 1990, que previa o estabelecimento de um Programa Piloto de Nutrição para 1600 crianças (SAMUEL, 2010)

O Ministério da Educação e o PAM, assinaram um acordo de cooperação no ano de 2000, que previa a introduzir esse mesmo programa na província de Malange, que abrangeu de 28 a 89 alunos. O impacto mostrou um aumento significativo de matrículas, rendimento escolar e uma baixa taxa de desistência.

De acordo com Samuel (2010, p. 148) no ano 2006,

o atendimento alargou-se para as dezoito províncias do país. Só para dar um exemplo, o número de alunos assistidos pelo Programa de Merenda Escolar em 2007 pelo PAM foi de 410.000 alunos, e pelo Governo foi de 590.000 alunos, com à execução direta do governo de Angola. No ano de 2008, o PAM reduziu sua assistência a oito províncias, e o Governo assistiu todas as províncias, num total de 1.080.000 crianças, com recursos de execução direta do Governo.

A composição da merenda obedece aos seguintes princípios: Idade dos alunos; quantidade de comida e hábitos alimentares predominantes na região. Até ao presente momento, o Governo ainda não padronizou a merenda a ser distribuído às crianças, podendo a mesma ser de acordo com a realidade

de cada província e o seu potencial agrícola. Segundo a Organização Mundial de Saúde, os alimentos são compostos por macro nutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras) e também por micronutrientes (vitaminas e minerais).

#### 4.3 A SITUAÇÃO ATUAL DOS PROGRAMAS

##### **4.3.1 Os benefícios sociais do papagro para inclusão produtiva**

Depois de sua implementação trouxe grandes benefícios sociais, segundo Mateus (2016) na província do Huambo foi observado mudanças significativas na vida dos camponeses, a facilidade na comercialização, o abandono do comércio informal, houve um aumento em termos de ganhos financeiros e deixaram de fazer viagens interprovinciais. Na anterior situação para comercializar seus produtos tinham que ir à Benguela com a distância de mais de 200 km.

De acordo com Mateus (2016, p. 25) de forma geral afirmar que:

Os camponeses todos reconheceram que houve um aumento em termos de produção, os camponeses ampliaram as suas zonas de cultivos, visto que a experiência numa primeira fase foi positiva, destacando que nalguns casos tiveram de deixar de usar a tração animal para usarem tratores uma vez que os mesmos já não satisfaziam a demanda.

O PAPAGRO ajudou a diminuir desigualdades sociais sendo que estas não terminaram, elas ainda estão presentes e precisa continuar a trabalhar, envolver todas as forças, destacando os camponeses e os idealizadores das políticas de inclusão social para conseguir encontrar equilíbrio entre a população rural e a urbana.

Mateus (2016, p. 32) considera que:

A intenção é positiva porque o grande desafio do setor camponês é a venda, neste caso o programa privilegiou os produtos perecíveis que são rentáveis para os camponeses, só que são produtos com grandes dificuldades de conservação, sendo no meio rural a

dificuldade é ainda maior por não ter armazéns de conservação visando a venda numa altura posterior onde haja maior procura, aí reside a importância do PAPAGRO, ele veio para acomodar o vazio existente, isso ajudou a estimular o aumento da produção.

#### **4.3.2 As críticas do PAPAGRO**

Qualquer política pública tem sempre uma desvantagem em termos operacionais, uma das críticas é que o programa não definiu os critérios de compras de produtos de agricultores, muitos camponês relataram na entrevista feita aos camponeses no município da Caála na província do Huambo.

Segundo Mateus (2016) a firma que,

uns dos aspectos identificados, foram a ausência de critérios para vender produtos no PAPAGRO, sendo que os camponeses identificaram que muitos que vendiam os produtos em grandes quantidades não eram camponeses, mais sim comerciantes, eles compravam grandes quantidades fora da região e vendiam ao PAPAGRO.

Outro aspecto foi em termos de preços ao longo do próprio processo, apontando o fator preço por quilo de produto, sendo que por exemplo, o quilo de batata no início do programa tinha um preço atrativo, e mais tarde veio a diminuir sem uma explicação de tal descida, para os camponeses isso criou um grande constrangimento. Por outra foi que o programa não teve sustentabilidade financeira dois anos depois da sua implementação, a não absorção da produção pela parte do programa levou os produtores rurais a entrarem em colapso, o contexto financeiro e económico do país também influenciou, porque o PAPAGRO deixou de funcionar, daí que o programa caiu no descrédito por parte dos camponeses.

#### **4.3.3 Dificuldade do programa merenda escolar**

Face as dificuldades económicas e financeiras que o país enfrenta, o ministério alega que não há condições de fazer a cobertura total de todas as crianças em condições de vulnerabilidade nutricional nas escolas do ensino

primário, apesar de um dos objetivos específicos do governo visa diminuir as diferenças no acesso a instrução entre o meio rural e o meio urbano, e contribuir para melhoria da assistência a escolar nas áreas mais afetadas pela pobreza.

UNICEF (2015) tem ajudado governo de Angola no fortalecimento do seu ambiente favorável para aumentar o acesso equitativo às escolas e o ingresso de crianças vulneráveis. Realiza pesquisas de ação sobre as barreiras ao acesso e fatores de abandono escolar, em particular para as raparigas e populações vulneráveis (pesquisa na província da Huíla e sobre o programa de merenda escolar).

Podemos concluir que a situação da sua implementação é crítica, porque muitos dos produtos distribuídos não obedecem aos padrões recomendados pela Organização Mundial da Saúde. As condições de armazenamento e conservação não são as mais adequadas e alguns produtos industriados são consumidos pelas crianças, como iogurtes, leite e sucos.

Nos últimos anos o governo de Angola descentralizou a gestão da Merenda Escolar para os governos províncias. Hoje, o acompanhamento e a supervisão não se fazem sentir, porque não há recursos alocada para o efeito, já que o Ministério da Educação pouco ou quase nada tem feito para inverter da situação do programa.

#### 4.4 PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Assim como as dificuldades apontadas dos programas para inclusão produtiva dos pequenos agricultores, podemos apresentar as seguintes propostas para o governo angolano na elaboração de políticas públicas para dinamizar a produção agrícola:

- 1- A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, assistência técnica e extensão rural tem um papel importante para acompanhamento as famílias rurais para apoio técnico na melhoria da produção e na conservação de produtos. Atividade de exploração da terra, no cultivo das agriculturas, reservas florestais e criação de animais,

que contribui para produzir alimentos de boa qualidade satisfazendo às necessidades humanas (CREPALDI, 2006).

2- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por se tratar um dos programas de referência para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, no combate à fome e a Pobreza. Por outra, de ser um programa descentralizador desde: financiamento de atividades produtivas rurais quase em todos os municípios do país; Financiamento de infraestrutura e serviços municipais; e define os critérios específicos para caracterização de agricultores familiares.

3- Criar política pública de escolas rurais de ensino adulto, para reduzir o nível de analfabetismo dos pequenos agricultores e capacita-los para executar tarefas profissionais nas suas terras. A população rural, apesar de ser majoritariamente jovem, carece, no entanto de preparação, conhecimentos, meios e motivação suficiente para poder desenvolver uma atividade agrária eficiente (PDMSA, p. 34)

4- Governo angolano criar um projeto de lei de um regime jurídico de cooperativas e associações. Na realidade o associativismo e cooperativismo encontram-se igualmente numa fase embrionária, carecendo da aprovação da legislação, em discussão há já vários anos (PDMSA, p. 34).

5- Criar um fundo de financiamento e comercialização de apoio à agricultura familiar, para que possa apostar em atividades que garantam maior sustentabilidade.

6- Restruturação do PAPAGRO, por ser considerado um programa com expectativa de inclusão social na comercialização de produtos agrícola em Angola. Deve-se criar uma equipe multisetorial que integra os ministérios do Comércio; do Transporte; da Construção; e das Finanças, porque além da política de compra o ministério da construção deve identificar as zonas de maior produção para melhorar as estradas secundarias e terceiras, ajudaria no escoamento dos produtos; ao Ministério dos Transportes caberia criação de uma empresa Estatal especializada de transporte de produtos agropecuários, para facilitar a logística rural para os produtores que não possui capacidade de aquisição

de veículos. Cabe o ministério das finanças garantir orçamento anual para sustentabilidade financeira do programa.

## 5 CONCLUSÃO

Analisando a trajetória de políticas de inclusão de pequenos agricultores no Brasil, observou-se, depois da abertura democrática na constituição federal de 1988, a participação social nas políticas públicas no Brasil teve um papel importante na consolidação de programas a partir na década de noventa. O Pronaf nasceu com finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas ao longo da década de 1980. Como afirma Silva e Marques (2004) a participação social no processo de redemocratização brasileiro e as ações governamentais foram fundamentais no processo de discussão, elaboração, deliberação, gestão e/ou controle das políticas públicas. A descentralização, juntamente e articulada à participação social, também é um elemento marcante dos discursos e propostas políticas democratizantes dos anos 80 e 90, no Brasil (SILVA; MARQUES, 2004, p. 10). O programa hoje é considerado como a principal política pública do governo federal para apoio da agricultura familiar. Desde o crédito, as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa. Também veio dar o suporte aos programas de comercialização de produtos agrícolas como PAA e PNAE.

No caso angolano que experiência pode tirar do Brasil, na criação de políticas públicas e/ou programas para implementação da sua estratégia de inclusão social produtiva que dinamiza a produção interna de alimento:

Fortalecimento das instituições democráticas, abertura à consulta pública a sociedade civil, ativistas cívicos, ONGs, parceiros internos e /ou externo na elaboração de políticas públicas, acabar com as práticas do passado. Investimento nos setores-chaves como a educação e a saúde, para formação de quadros qualificados, na precariedade destes fatores determinantes não há a produção. Descentralização e descontração de poder

decisões, maior autonomia das provinciais e municípios na execução de programas, transparência na gestão e controle das políticas públicas.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia – Vol. 15, nº 1:132-152, jan/abr. – 1998.

ANDRADE, Ivan Dantes; SICSU, Abraham Benzaquen. **Cooperativismo: um Modelo Associativista Inovador**. XXIII Encontro Nac. de Engenharia de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de outubro de 2003.

ANDRADE, Ivan Dantes; SICSU, Abraham Benzaquen. **Cooperativismo: um Modelo Associativista Inovador**. XXIII Encontro Nac. de Engenharia de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de outubro de 2003.

BALDWIN E, Robert. **Desenvolvimento e Crescimento Econômico**. Tradução de Osmar Candido Alves; Sonia Ruggiero, São Paulo, 1979.

CEIC/UCAN – **CENTRO DE ESTUDO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**. Estudos sobre a diversificação da economia angolana. Luanda: Universidade Católica de Angolana, 2016. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org>>. Acessado em: 30 novembro 2017.

CETC – **CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CATÓLICA**. Apresentação do relatório econômico de Angola. Luanda: Universidade Católica de Angolana, 2017. Disponível em: < <http://www.ceic-ucan.org>>. Acessado em: 16 novembro 2017.

CONAB- **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**. Disponível em:

CONAB- **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**. Disponível em: <[https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura\\_familiar/Cartilha\\_PAA.pdf](https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf)>. Acesso em: 9 julho 2018.

CRA – **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA**, 2010.

DELGADO, G.C; CONCEIÇÃO, J.C. e OLIVEIRA, J.J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, 2005.

DRA. **DIARIO DA REPUBLICA DE ANGOLA**. Disponível em:

ENSAN – **ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. Luanda, Março de 2009.

ESTEVES, Paulo; GOMES, Geovana Zoccal and FONSECA, João Moura. **A rede de políticas de saúde pública e a cooperação sul-sul: os casos de Moçambique e Angola**. Lua Nova [online]. 2016, n.98, pp.199-230. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445199-230/98>.

FNDE. **Alimentação escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae> >. Acesso em 15 de março de 2018.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. 32 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOSE, J. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 159-179. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832.

MATEUS, Z. Alberto Festo. **O Combate à Pobreza na Diminuição das Desigualdades Sociais em Angola: O PAPAGRO na Caála**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. 2016.

MDS. **Cartilha agricultura familiar**. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/compra\\_institucional/cartilha\\_agricultura\\_familiar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/cartilha_agricultura_familiar.pdf)>. Acesso em: 17 março 2018.

MDS. **Programa de aquisição de alimentos – PAA**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> >. Acesso em: 17 abril 2018.

MDS. **Resoluções do grupo gestor.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor>>. Acesso em: 17 abril 2018.

MOURA, J. T. V.; SILVA, M. K. **Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva.** Rev. Sociol. Polit. vol.16 suppl.0 Curitiba Aug. 2008.

NOGUEIRA, Roma Maria. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas-SP.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

OCB - **Organização das cooperativas brasileiras.** Disponível em:

< <http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo> >. Acesso em: 15 abril 2018.

OGE – **ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2016.** Relatório de fundamentação. Luanda, Agosto de 2016.

OLIVEIRA, N.D.A. et.al. **Práticas Produtivas da Agricultura Familiar: um estudo no município de Espigão d'Oeste (RO).** In: xxxv encontro nacional de engenharia de produção. Fortaleza, CE, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2015.

PDMPA- **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MEDIO PRAZO DO SETOR AGRARIO.** Outubro, 2012.

PND – **PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2013-2017).** Luanda, Dezembro de 2012.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas.** São Paulo: Atlas, 1998.

RICCIARDI, Luiz Pedroso; LEMOS, Robert Jenkins. **Administração de Cooperativas.** 1ª Edição Vitória, Outubro de 1995: Editora COOPEUFES – Cooperativa dos Estudantes e Professores da UFES Ltda.

RODRIGUES, Paulo da Silva; DRAGO, Rogério. **Programa Nacional de Alimentação Escolar no Espírito Santo: Tensões entre Estado e mercado no processo pioneiro de terceirização.** Vitória: Edufes, 2016.

SAMUEL, Abílio Tomé António. **O Impacto da Merenda Escolar na Inserção, Retenção e Sucesso Escolar dos Alunos do Ensino Primário em Angola.**

Disponível em: <[https://repositorio.iscteuiul.pt/bitstream/10071/3015/1/Samuel\\_COOPEDUI\\_3.4.pdf](https://repositorio.iscteuiul.pt/bitstream/10071/3015/1/Samuel_COOPEDUI_3.4.pdf)>. Acesso em: 11 junho 2018.

SANTOS JUNIOR, J. L. ; RANGEL, S. S. A. ; SANTOS, W. L. P. **Nanotecnologias, as sete teses sobre o mundo rural e os resultados sobre a agricultura familiar brasileira.**

In: Reginaldo Pereira; Silvana Winckler; Marcelo Markus Teixeira. (Org.). A governança dos riscos socioambientais da nanotecnologia e o marco legal de ciência, tecnologia e inovação do Brasil. 1ed.São Leopoldo: Karywa, 2017, v. 1, p. 60-70.

SCHNEIDER, S., CAZELLA, A. e MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.**

In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Orgs.) Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SCHNEIDER, Sergio; MATTI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF.** Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

Disponível em: <<https://www.researchgate.net/...nacional.../Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente...>>. Acesso em: 30 junho 2018.

SCHNEIDER, Sergio; MATTI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. **HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF.** Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

Disponível em: <<https://www.researchgate.net/...nacional.../Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente...>>. Acesso em: 30 junho 2018.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Kunrath Marcelo; MARQUES, Moruzzi Eduardo Paulo. **Políticas e Participação Social no Brasil Rural.** 1ª Edição Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola / Márcia Maro da Silva.**

- Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SILVA, Vilmar. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 117, 2011.

UNICEF- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA . 2015.  
Disponível em: < <http://www.unicefangola.org/1519/>>. Acessado em: 11 julho  
2018.